

## Apoie o jornalismo crítico e independente de



**DIRETO DA CIÊNCIA**  
ANÁLISE, OPINIÃO E JORNALISMO INVESTIGATIVO

Independência e dedicação têm custo. Quanto maior for o apoio ao nosso trabalho, maior será nosso investimento de tempo e de recursos em análises e reportagens investigativas sobre ciência, meio ambiente e ensino superior com foco em:

- informações de interesse público que não são públicas,
- articulações políticas, conflitos e bastidores e
- assuntos e perspectivas não abordados pelos meios de comunicação.

[Clique aqui para apoiar DIRETO DA CIÊNCIA](#)

Fechar

Associação acusa Secretaria do Meio Ambiente de expulsar advogada de encontro de chamamento público. Promotoria abre inquérito.

–  
MAURÍCIO TUFFANI,  
Editor

A [Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo \(APqC\)](#) divulgou ontem, sábado (25), nota oficial na qual explica as razões de ter representado ao Ministério Público contra a Secretaria do Meio Ambiente do Estado (SMA) pelo chamamento público para concessão e venda de 34 áreas do Instituto Florestal. Atendendo também representação de promotores de Justiça de Guarulhos, Jacareí, Bragança Paulista, Piracicaba e do núcleo de meio ambiente da Bacia do Rio Paraíba do Sul, o Ministério Público estadual instaurou inquérito na sexta-feira.

A nota oficial da APqC transcreve a afirmação de sua advogada Helena Goldman, de que o chamamento público resultou no dia 26 de janeiro em um encontro com particulares interessados nas 34 áreas “sem permitir a livre participação da população, a portas fechadas, o que fere princípios básicos da Administração Pública, e dá causa à nulidade”. A nota acrescenta que a advogada “foi obrigada a se retirar na ocasião por ordem expressa do secretário-adjunto”.

O secretário-adjunto da SMA é Antonio Velloso Carneiro. Ele e o secretário Ricardo Salles (PP), que foram nomeados em julho do ano passado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), são advogados, amigos e fundadores em 2011 do Movimento Endireita Brasil. A agremiação político-ideológica foi criada para “corrigir” o que chamou de “demonização da direita no Brasil”. (*Ver reportagem “[Jovens de São Paulo fundam grupo para ‘endireitar’ o país](#)”, 14/mar/2011*)

Ambos são alvo da investigação instaurada pela Promotoria do Patrimônio Público e Social da Capital na sexta-feira (24), que foi noticiada pela reportagem “[MP abre novo inquérito de improbidade contra secretário de Ambiente de SP por venda de florestas](#)”, no *Estadão*.

### Outras investigações

**Direto da Ciência** solicitou no início da tarde de ontem à Secretaria do Meio Ambiente uma posição sobre a nota oficial da associação de pesquisadores. Até o fechamento desta reportagem, neste domingo, às 8h55, nenhuma resposta havia sido enviada. Na sexta-feira, o secretário e seu adjunto se manifestaram sobre o inquérito acerca do chamamento e da reunião na reportagem do *Estadão* citada acima.

A nota da APqC afirma ainda que, na portaria de instauração do inquérito, os promotores de Justiça Silvio Antônio Marques e Thomás Mohyico Yabiku determinaram também outra investigação específica sobre supostas irregularidades praticadas pelo secretário Ricardo Salles, que

“teria anulado ou determinado a anulação de autos de infrações ambientais e paralisado as medidas inerentes à fiscalização e recuperação ambiental relativas a danos praticados em imóveis rurais, áreas de preservação permanente e de reserva legal, até a implementação do Programa de Regularização Ambiental.

Na quinta-feira (23), a mesma promotoria já havia decidido acrescentar uma investigação sobre outro inquérito de improbidade contra Salles, referente a alterações do zoneamento da Área de Preservação Ambiental da Várzea do Rio Tietê a pedido da

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), informou também o *Estadão* com a reportagem “MP vê tentativa de intimidação por parte de secretário de Ambiente em sindicância”.

Falta de amparo legal

Apesar de estar autorizado por lei somente para alienar temporariamente – e não para vender – apenas nove dessas 34 estações experimentais, florestas estaduais e outras unidades, em 17 de janeiro, a SMA fez o chamamento público para atrair interessados em concessões e também em aquisições dessas áreas. Na imprensa, a notícia foi revelada por **Direto da Ciência** com a reportagem “Sem lei, governo de SP faz chamamento para venda de 34 áreas florestais” (19/jan).

Proposta em 2013 pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) e aprovada em junho do ano passado pela Assembleia Legislativa, a Lei 16.260/2016 autorizou o governo do estado a promover concessões não só para atividades de ecoturismo em 14 áreas de parques estaduais da Fundação Florestal, mas também para exploração comercial de madeira e outros produtos em cinco estações experimentais e em seis florestas estaduais do Instituto Florestal (IF), que possui 47 áreas em todo o estado.

O termo de referência do chamamento público da SMA não discrimina diretamente que tipo de unidades são as áreas a que o documento se refere. O quadro a seguir informa as categorias dessas áreas e quais delas estão autorizadas por lei para concessão.

Unidades do Instituto Florestal de São Paulo em chamamento público do governo estadual para concessão e venda <sup>1</sup>					
Unidades <sup>2</sup>	Áreas estimadas (em hectares) <sup>3</sup>		Municípios	Autorização por lei (só para concessão) <sup>4</sup>	
	Totais	Plantadas			
Estações experimentais	Araraquara	117,66	70,50	Araraquara	Sim
	Bauru	43,09	0	Bauru	Não
	Bento Quirino	416,36	182,6	São Simão	Não
	Buri	1.080,60	512	Buri	Não
	Casa Branca	409,18	305,8	Casa Branca	Não
	Itapetininga	6.706,78	3.979,97	Itapetininga	Não
	Itapeva	1.827,61	1.211,34	Itapeva	Sim
	Itararé	2.379,05	1.344,66	Itararé	Não
	Itirapina	3.212,81	2.348,97	Itirapina	Sim
	Jaú	258,65	50,79	Jaú	Não
	Luiz Antônio	1.725	454,88	Luiz Antônio	Não
	Mogi Guaçu	3.050,00	2.567,00	Mogi Guaçu	Sim
	Mogi Mirim	145,65	0	Mogi Mirim	Não
	Paraguaçu Paulista	442,09	344,80	Paraguaçu Paulista	Não
Sta. Rita do Passa Quatro	96,26	11,11	Sta. Rita do Passa Quatro	Não	
São José do Rio Preto	221,10	0	São José do Rio Preto	Não	
São Simão	927,08	658,27	São Simão	Não	
Tupí	198	0	Piracicaba	Não	
Florestas estaduais	Águas de Santa Bárbara	1.659,97	898,20	Águas de Santa Bárbara	Sim
	Angatuba	1.196,21	794,25	Angatuba	Sim
	Avaré I	95,30	0	Avaré	Não
	Avaré II	664,8	609,8	Avaré	Não
	Batatais	1.478,55	1.085,23	Batatais	Sim
	Bebedouro	99,41	0	Bebedouro	Não
	Botucatu	33,88	0	Botucatu	Não
	Cajuru	1.909,56	907,0	Cajuru, Altinópolis	Sim
	Manduri	1.485,10	959,7	Manduri	Não
	Noroeste Paulista	379,9	0	S. José do Rio Preto, Mirassol	Não
	Paranapanema	1.547,84	702,70	Paranapanema	Não
	Piraju	680,0	580,51	Piraju	Sim
	Palmital	73,43	0	Palmital	Não
Hortos florestais	Sussuí	9,6	0	Palmital	Não
	Pindamonhangaba	10	0	Pindamonhangaba	Não
Viveiros florestais	Taubaté	10	0	Taubaté	Não

Fontes:

1. Comunicado do Gabinete do Secretário do Meio Ambiente, *Diário Oficial*, 17 de janeiro de 2017, seção Executivo I, pág. 43
2. Áreas protegidas do Instituto Florestal (<http://iflorestal.sp.gov.br/institutoflorestal/files/2013/03/Áreas-Protegidas-IF.pdf>)
3. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente. Chamamento Público nº 01/2017/GS. Processo 10.108/2016. Anexo – Termo de referência visando à prospecção de interessados em concessão de uso ou aquisição de áreas, no todo ou em parte ([http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/editais/2017/01/TdR-FINALchamamento-publico-unidades-do-IF\\_13012017.pdf](http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/editais/2017/01/TdR-FINALchamamento-publico-unidades-do-IF_13012017.pdf))
4. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Lei nº 16.260, de 29 de junho de 2016

*Direto da Ciência* ([www.diretodaciencia.com](http://www.diretodaciencia.com))

A nota oficial da APqC

## “ Secretário Estadual do Meio Ambiente é investigado por supostas irregularidades no processo de alienação de áreas do Instituto Florestal

*Promotoria aceita representação da Associação dos Pesquisadores Científicos e instaura inquérito civil contra Ricardo de Aquino Salles.*

Nesta sexta-feira, 23 de março, os promotores de Justiça Silvio Antônio Marques e Thomás Mohyico Yabiku instauraram inquérito civil contra o Secretário Estadual do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles, e o secretário-adjunto, Antônio Veloso, a fim de investigar supostas infrações ambientais e irregularidades ocorridas no Chamamento Público nº 01/2017/GS, que tem como finalidade promover a concessão de uso ou alienação de 34 unidades do Instituto Florestal (IF).

Na portaria de instauração do inquérito, o Ministério Público aponta ainda que o secretário teria anulado ou determinado a anulação de autos de infrações ambientais e paralisado a fiscalização e recuperação ambiental relativas a danos ao meio ambiente, até a implementação do Programa de Regularização Ambiental.

Por meio de uma representação feita em defesa do patrimônio público e do meio ambiente, a Associação dos Pesquisadores

Científicos do Estado de São Paulo (APqC) procurou o Ministério Público em 17 de março, requerendo a anulação do Chamamento Público, bem como a suspensão de qualquer ato que pretenda a alienação das áreas de pesquisa e preservação, que teve a primeira reunião presencial em 26 de janeiro, na sede da Secretaria do Meio Ambiente.

De acordo com a Associação dos Pesquisadores, a alienação ou concessão das áreas pode prejudicar a vegetação nativa, com espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção, com espécies vegetais como o ipê, jatobá, cedro-rosa, peroba-rosa e anelím e animais, como o tamanduá-bandeira, mico-leão-preto, a onça preta, o lobo-guará, a lontra, a cotia, o gato-do-mato, o mão pelada, o tatupeba, a araponga, entre outros.

O chamamento visa alienar tais áreas, dentre as quais estão a Floresta Estadual, a Estação Experimental, o Horto Florestal e o Viveiro Florestal, desconsiderando os aspectos ecológicos inerentes às unidades e também a investigação das condutas de Salles e Veloso, em razão principalmente de supostos atos de improbidade administrativa em violação à Constituição Federal e Estadual de São Paulo, dentre outras várias leis como o Código Penal, Código Florestal e o Código Civil.

### **Entenda a inconstitucionalidade do Chamamento Público**

Publicado no Diário Oficial em 17 de janeiro deste ano, o ato convocou interessados para esclarecimentos sobre a concessão de uso ou aquisição de áreas do Instituto Florestal, que há aproximadamente 130 anos atua na conservação e proteção ambiental e na geração de conhecimento técnico-científico, dando suporte permanente a políticas públicas relacionadas com temas ambientais.

De acordo com a advogada da APqC, Helena Goldman, nas áreas em questão encontram-se os biomas mais ameaçados do Estado de São Paulo como o Cerrado e a Floresta Estacional Semidecidual (FES), além de espécies da flora e fauna ameaçados de extinção. “Além disso, o chamamento público foi realizado sem permitir a livre participação da população, a portas fechadas, o que fere princípios básicos da Administração Pública, e dá causa à nulidade”, explica Goldman, que foi obrigada a se retirar na ocasião por ordem expressa do secretário-adjunto.

A APqC ainda esclarece que, das 34 unidades, sete são contíguas a Estações Ecológicas, sendo três de Florestas Estaduais e quatro de Estações Experimentais, nos municípios de Águas de Santa Bárbara, Angatuba, Itapeva, Itirapina, Jataí, Mogi-Guaçu e em Paranapanema. “A continuidade de seus ambientes naturais já está estabelecida e não pode ser desconectada sem comprometer os ecossistemas e a Biodiversidade, uma vez que favorecem e integram a dinâmica ambiental da Estação Ecológica, inclusive com o perigo de extinção de espécies, como por exemplo do mico-leão-preto”, finaliza a advogada da APqC.

Fundada em 1977, a APqC reúne pesquisadores científicos de 19 institutos e outros centros ligados às secretarias

- da Agricultura e Abastecimento (institutos [de Zootecnia](#), [Biológico](#), [de Economia Agrícola](#), [de Pesca](#) e [de Tecnologia de Alimentos](#) e as agências [Paulista de Tecnologia do Agronegócio](#) e [APTA Regional](#)),
- da Saúde ([Adolfo Lutz](#), [Butantan](#), [Dante Pazzanese de Cardiologia](#), [de Saúde](#), [Lauro de Souza Lima](#), [Pasteur](#) e a [Sucen](#)),
- do Meio Ambiente ([de Botânica](#), [Florestal](#) e [Geológico](#)) e
- de Planejamento e Gestão ([Cartográfico e Geográfico](#)), e também
- ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP ([Laboratórios de Investigação Médica](#)).

Na imagem no alto desta página, sede da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), no bairro de Pinheiros, na capital. Foto: Cetesb/Divulgação.

## [Apoie o jornalismo crítico e independente de Direto da Ciência](#)

Você acha importante o trabalho deste site? Independência e dedicação têm custo. E conteúdo exclusivo e de alta qualidade exige competência e também investimento para ser produzido. Conheça o compromisso de **Direto da Ciência** com essa perspectiva de trabalho jornalístico e com seus leitores. ([Clique aqui para saber mais e apoiar.](#))

## [Receba avisos de posts de Direto da Ciência.](#)

*Informe seu e-mail para receber avisos. Ele não será fornecido a terceiros.*

[Clique aqui para enviar](#)

*Para sua segurança, você receberá uma mensagem de confirmação. Ao abri-la, basta clicar em **Confirmar**, e sua inscrição já estará concluída. Você sempre poderá, se quiser, cancelar o recebimento dos avisos.*

Todos os direitos reservados. Não é permitida a reprodução de conteúdos de **Direto da Ciência**.

[Clique aqui para saber como divulgar.](#)

Compartilhe:



4



